

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de Março de 2015

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		39.849	29.025	Passivo Circulante		36.731	17.310
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.f	15	9	Fornecedores		26	29
Aplicações Financeiras	4&17.f	3.327	-	Contas a Pagar Coligadas	17.f	488	1.686
Contas a Receber		34.887	27.368	Salários a Pagar	6	23.609	6.662
Créditos Tributários - Correntes		-	163	Impostos a Pagar	8	12.534	8.933
Outros Ativos		1.620	1.485	Outros Passivos		74	-
Ativo não Circulante		2.122.826	2.060.514	Total do Passivo		36.731	17.310
Aplicações Financeiras		86.488	30.141	Patrimônio Líquido			
Ativo Tangível	5.a	355	-	Capital Social	9	2.029.194	2.029.194
Ativo Intangível	5.b	2.035.983	2.030.373	Reserva de Lucros		96.750	43.035
				Total do Patrimônio Líquido		2.125.944	2.072.229
Total do Ativo		2.162.675	2.089.539	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.162.675	2.089.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		300	(157)	-	143
Aumento de Capital		2.028.894	-	-	2.028.894
Lucro Líquido do Exercício		-	-	43.192	43.192
Destinação do Lucro:		-	-	-	-
Reserva de Lucros	9.c	-	43.192	-	(43.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.029.194	43.035	-	2.072.229
Lucro Líquido do Exercício		-	-	220.715	220.715
Destinação do Lucro:		-	-	-	-
Dividendos	9.b	-	(167.000)	-	(167.000)
Reserva de Lucros	9.c	-	220.715	(220.715)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.029.194	96.750	-	2.125.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("Sociedade"), constituída na forma de Sociedade Limitada, domiciliada na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - 18º andar - Parte, São Paulo, SP, tem como finalidade a administração de carteiras de valores mobiliários, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteira de títulos e valores mobiliários e de outros instrumentos legais permitidos pela legislação.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., iniciou suas atividades em 18 de julho de 2008 com o nome empresarial de KII Capital Management Gestão de Ativos Ltda. Em 12 de setembro de 2013, a razão social foi alterada para Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.

b) Reestruturação Societária

Em 17 de dezembro de 2013, a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. concluiu a operação de compra do negócio de gestão de recursos de terceiros, que era desenvolvida pela Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha) e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros.

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. e o Banco Santander Brasil um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e à distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil). O Banco Santander Brasil permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

O valor da aquisição total do negócio de gestão de ativos corresponde a R\$2.029 milhões, sendo que o ativo intangível foi estimado em R\$2.024 milhões.

A alocação do preço de compra ("PPA") demonstrada abaixo, de acordo com o CPC 15 - Combinação de Empresas, reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data em que a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. adquiriu a operação, com base no acervo contábil em 30 de novembro de 2013. Os referidos ajustes de compra ("PPA") foram feitos com valores provisórios em 31/12/2013 foram reavaliados dentro do período de mensuração, não sofrendo nenhuma alteração para os valores provisórios, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Contábil	Valor Justo	Ajuste
Ativo Circulante e Não Circulante	5.020	5.020	-
Ativo Intangível ⁽¹⁾	5.020	5.020	-
Total do Ativo	5.020	5.020	-
Passivo Circulante e Não Circulante	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-
Total dos Ativos Líquidos Adquiridos	5.020	5.020	-
Contraprestação Transferida em Troca da Aquisição do Negócio		2.029.000	
Ativo Intangível por Expectativa de Rentabilidade Futura		2.023.980	

⁽¹⁾ Vida útil com prazo de 5 anos.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Em 2014, após a avaliação do Ativo Intangível não foram identificados indícios de *Impairment*.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelos Administradores na reunião realizada em 23 de março de 2015.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014 não tiveram efeitos relevantes na aplicação no exercício corrente e não terão para o próximo exercício.

d) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Auração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Contas de Compensação - Administração de fundos

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado";
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de dívidas classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o instrumento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anterior acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras"; e
- "Contas a receber";

c) Custo do imobilizado bruto

	Ativo Intangível		Ativo Tangível	
	Ágio Aquisição de Investimentos	Software	Benfeitorias	Móveis e utensílios
Aquisições	2.023.980	6.495	-	-
Saldos em 31/12/2013	2.023.980	6.495	-	-
Aquisições	-	4.501	2.338	160
Saldos em 31/12/2014	2.023.980	10.996	2.338	160
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	-	(102)	-	-
Depreciação	-	-	-	(1)
Amortização (nota 13)	-	(1.229)	-	(5)
Saldos Depreciação em 31/12/2014	-	(1.331)	-	(1)
Saldos em 31/12/2013	2.023.980	6.393	-	(4)
Saldos em 31/12/2014	2.023.980	9.665	2.338	159

d. Salários a Pagar

	31/12/2014	31/12/2013
Salários a Pagar	746	544
Férias e 13º Salário a Pagar	3.342	2.236
Bônus e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	19.521	3.882
Total	23.609	6.662

7. Instrumentos Financeiros

Avaliação

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e contas a pagar a coligadas, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstados ("Posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Fornecedores";
- "Contas a pagar Coligadas";

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

d) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização. A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

e) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., juntamente com o Banco Santander Brasil em complementação aos benefícios do sistema público de previdência, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesa com pessoal na demonstração do resultado.

i) Remuneração Baseada em Ações

Alguns administradores da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., participam dos planos de compensação de longo prazo do Banco Santander Brasil, outorgados com anterioridade à operação de venda da Santander Brasil Asset, em 17 de dezembro de 2013. Esses planos têm determinadas condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (ROFAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período com os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhecida o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, com base no lucro presumido

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (3,00%) são calculados sob determinadas receitas brutas pelo regime cumulativo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a depósitos bancários.

9. Aplicações Financeiras

Composição	31/12/2014	31/12/2013
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽¹⁾	58.555	27.054
Operações Compromissadas ⁽²⁾	31.260	3.087
Total (Nota 17.f)	89.815	30.141

⁽¹⁾ Operações com vencimento entre 27 de setembro de 2016 e 17 novembro de 2016.

⁽²⁾ Operação com vencimento em 27 de maio de 2015 e 14 de dezembro de 2016.

5. Ativo Tangível e Intangível

a) Ativo Tangível

Composição	31/12/2014	31/12/2013
Móveis e Utensílios	159	-
Veículos	1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Despesas Administrativas		
01/01 a	01/01 a	
31/12/2014	31/12/2013	
Despesas com Prestadores de Serviços	4.117	130
Despesas com Aluguel	976	5
Depreciação (Nota 5.c)	6	-
Amortização (Nota 5.c)	1.229	102
Convênio Operacional (Nota 17.f)	8.377	4.905
Outras	1.940	93
Total	16.644	5.230

14. Outras Receitas (Despesas)		
01/01 a	01/01 a	
31/12/2014	31/12/2013	
Outras Receitas	997	166
Santander Brasil Asset (Nota 17.f)	997	166
Outras Despesas	(210)	(33)
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(77)	(8)
Impostos e Taxas	(12)	-
Outros	(121)	-
Baixa de Ativo Tangível	-	(25)
Total	787	133

15. Receitas (Despesas) Financeiras		
01/01 a	01/01 a	
31/12/2014	31/12/2013	
Receitas Financeiras	9.081	799
Juros/Atualização Selic	7	-
Juros de Aplicações em Debêntures	546	98
Juros de Aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB	8.528	701
Outras Receitas Financeiras	13	-
Descontos Obtidos	13	-
Despesas Financeiras	(18)	-
Descontos Concedidos	(12)	-
Outros	(6)	-
Total (Nota 17.f)	9.076	799

16. Imposto de Renda e Contribuição Social (Lucro Presumido)			
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 10&12)	335.382	335.382	67.589
% para base de cálculo	32	32	32
Base de Cálculo - Receita com Prestação de Serviços	107.322	107.322	21.628
Demais Receitas	8.551	8.551	759
Base de Cálculo	115.873	115.873	22.387
% do Imposto	15	9	9
Imposto Apurado	17.381	10.429	3.358
Adicional IRPJ	11.563	-	-
Provisão de IRPJ e CSLL	28.944	10.429	5.585

17. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
 A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. iniciou efetivamente suas atividades em setembro de 2013, não tendo havido, portanto, prévia aprovação pelos sócios de remuneração global anual para o exercício. Seus administradores foram remunerados a partir de novembro de 2013 e o valor total de remuneração do exercício foi de R\$7.375.
b) Benefícios de Longo Prazo
 Alguns administradores da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., participam de programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações do Banco Santander Brasil, com base na obtenção de metas (Nota 18b). A participação a estes programas se referem aos planos outorgados anteriores à operação de venda da Santander Brasil Asset, em 17 de dezembro de 2013.
c) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários dos Administradores		
01/01 a	01/01 a	
31/12/2014	31/12/2013	
Remuneração Fixa	2.232	458
Remuneração Variável	3.944	672
Outros	190	42
Total Benefícios de Curto Prazo	6.366	1.172
Remuneração Baseada em Ações	1.009	197
Total Benefícios de Longo Prazo	1.009	197
Total	7.375	1.369

Adicionalmente, no exercício de 2014 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$764.

d) Rescisão do Contrato
 A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária
 A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. é controlada pela SAM Investment Holdings Limited que possui 2.029.191 mil cotas e pela Santander Asset Management UK Holdings Ltd. que possui 3 mil cotas, correspondentes a 99,99% e 0,01% do capital social, respectivamente.

f) Transações com Partes Relacionadas
 As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e resultados de transações são:

Ativo		
01/01 a	01/01 a	
31/12/2014	31/12/2013	
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	9
Banco Santander Brasil (1)	15	9
Aplicações Financeiras	89.815	30.141
Banco Santander Brasil (1)	89.815	30.141
Contas a Receber	47	166
Santander Brasil Asset (2)	47	166
Passivo	-	968
Contas a Pagar Coligadas	488	1.686
Santander Brasil Asset (2)	423	653
Isban Brasil S.A. (3)	25	40
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	40	25
Santander Back offices Globales Mayorist (5)	-	-
Resultado	01/01 a	01/01 a
Receitas (Despesas) Financeiras	9.076	799
Banco Santander Brasil (1) (Nota 15)	9.076	799
Outras Receitas	997	166
Santander Brasil Asset (2) (Nota 14)	997	166
Convênio Operacional (Nota 13)	(8.377)	(4.905)
Banco Santander Brasil (1)	(7.467)	(4.775)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	(531)	(79)
Isban Brasil S.A. (3)	(379)	(51)

(1) Controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeek B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(2) Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

(3) Controlada pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(4) Controlada pela Produban Serviços Informáticos Generales, S.L. com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(5) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(6) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(7) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(8) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(9) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(10) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(11) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(12) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(13) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(14) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(15) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(16) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(17) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(18) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(19) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(20) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(21) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(22) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(23) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(24) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(25) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(26) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(27) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(28) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(29) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

(30) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

A AGE do Banco Santander Brasil realizada em 29 de Abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander Brasil - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP - ILP 2013).
As principais características dos planos são:
Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander Brasil, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.
Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP ENTREGA 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2014 até a data de 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelo participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do reductor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação adicionalmente realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.
Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2016 até a data de 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do reductor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.
Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirá na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 01 (um) ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes ("Bônus"), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Preço de exercício em Reais	Quantidade de Ações
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2009	-
Opções Concedidas (P12 - PSP)	7.700
Opções Concedidas (Plano SOP)	250.000
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2010	257.700
Opções Concedidas (P13 - PSP)	8.000
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2011	265.700
Opções Canceladas (P12 - PSP)	(4.380)
Opções Exercidas (P12 - PSP)	(3.320)
Opções Concedidas (Plano SOP)	(142.215)
Opções Concedidas (P14 - PSP)	10.000
Opções Concedidas (SOP Entrega 2014)	350.000
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012	475.785
Opções Concedidas (SOP 2013)	250.000
Opções Concedidas (PSP 2013)	22.600
Opções Exercidas (P13 - PSP)	(2.158)
Opções Canceladas (P13 - PSP)	(5.842)
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2013	740.385
Opções Canceladas (SOP Entrega 2014)	(297.500)
Opções Concedidas (SOP)	(107.785)
Opções Concedidas (PSP 2013)	2.825
Opções Exercidas (P14 - PSP)	1.250
Opções Exercidas (P14 - PSP)	(2.151)
Opções Canceladas (P14 - PSP)	(9.099)
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2014	327.925
P12 - PSP	-
SOP	23,50
P13 - PSP	-
P14 - PSP	-
SOP Entrega 2014	14,31
SOP 2013	14,43
PSP 2013	25,25
Total	327.925

Programa Global Política de incentivos a longo prazo
 Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.
 Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas ao Plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.
 Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.
 Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).
 Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem

Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
2012	Executivos	26/10/2012	30/06/2016
2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
2011	Executivos	03/02/2010	30/06/2013
2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
2012	Executivos	26/10/2012	30/06/2016
2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016

Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2011	Executivos	01/7/2011	31/jul/2014
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2011	Executivos	01/7/2011	31/jul/2014

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.
O plano está dividido em 4 programas:
 Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações.
 Coletivo não Identificado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Identificado", o valor diferido será 100% em Units "SANB11".
 Coletivo Não Identificado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será 100% em dinheiro, indexado a 120% do CDI.
 Coletivo Identificado: Diretores Estatutários e Executivos. Diretores Estatutários e Executivos que assumam riscos significativos para o Banco e são responsáveis pelas áreas de controle. A compensação diferida será paga 50% em dinheiro, indexada a 100% do CDI e 50% em ações.
 Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, no qual foi aprovado em AGE do dia 15 de Fevereiro de 2013.
 Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período de Exercício	Data do Fim do Período de Exercício
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
2010	Executivos	01/7/2010	31/jul/2013
2011	Executivos	01/7/2011	31/jul/2014

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.